



Processo Judicial 5015904-97.2021.8.21.0027

Comarca de Santa Maria - 1º Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Santa Maria

**Polo ativo:** Formosa Participações Ltda., JMT - Administração e Participações Ltda., JMT Agropecuária Ltda., Planalto Transportes Ltda. e Veísa Veículos Ltda.

**Administração Judicial:** Francini Feversani & Cristiane Pauli Administração Judicial S/S Ltda .

## PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### MM. Juiz(a) de Direito:

#### 1. Trata-se do pedido de recuperação judicial do Grupo JMT.

O despacho do **evento 1561** determinou vista ao Ministério Público dos eventos **1557** e **1559**, constando a respectiva intimação no evento 1562.

Ao exame.

### Evento 1557:

Na manifestação do **evento 1557**, a Administração Judicial (AJ) apresentou Relatório Circunstanciado acerca do cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, bem como da sua atuação, consignando que embora embora o *caput* do artigo 63 da LRF indique a intimação para apresentação do referido relatório apenas após o encerramento da recuperação, o juntou neste momento como forma de auxiliar esse juízo na análise da questão.

No Relatório em questão, ANEXO2 do evento 1557, a AJ primeiramente fez Considerações Iniciais, **item 1**; elencou, em tabela, **item 2**, os principais atos processuais (pedido, deferimento processamento, editais, habilitações, plano, AGC,



homologação e concessão da recuperação), aduzindo que os prazos foram cumpridos; observou que cumpriu as obrigações previstas no art. 22, I e II, da LRF, consoante tabelas que apresentou, tendo, desde o deferimento do processamento da recuperação judicial, apresentado, mensalmente, os relatórios de acompanhamento, contendo as análises contábeis das sociedades integrantes do Grupo Devedor, bem como o registro das reuniões realizadas, dos contatos mantidos com representantes das empresas e das solicitações de esclarecimentos encaminhadas ao longo do período, no expediente 5022012-45.2021.8.21.0027, o **item 3**; pronunciou-se sobre o Quadro Geral de Credores, **item 4**, dizendo que, consoante art. 18 da LRF, deve apresentar o Quadro consolidado, pelo que, a despeito de possível o encerramento da recuperação, sem que consolidados os créditos, apresentaria a consolidação parcial do Quadro, incluindo valores e classificação dos créditos (trabalhistas, quirografários, garantia real, ME /EPP), consoante item 4.1 (*PASSIVO CONCURSAL ATUALIZADO*) e respectivos subitens, nos quais indicadas as Retificações realizadas com base em certidões trabalhistas (subitem 4.1.1), os Incidentes de habilitação e impugnação apresentados, julgados e sem julgamento (subitem 4.1.2), trazendo, no item 4.1.3, o *QUADRO GERAL DE CREDITORES CONSOLIDADO*, páginas 19/44 do documento, referindo, ao final, que caso o juízo entendesse pela possibilidade e/ou necessidade de consolidação do quadro-geral de credores, ainda que parcialmente, fosse procedida a publicação editalícia, cuja minuta disponibilizaria. No **item 5**, *DA HOMOLOGAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, DO PRAZO DE FISCALIZAÇÃO E DA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO*, a AJ discorreu acerca da Aprovação e Homologação do PRJ (subitens 5.1 e 5.2), do Período de Fiscalização (subitem 5.3), e da apresentação do **Relatório Circunstanciado** (subitem 5.4), o qual passou a detalhar no item seguinte. Assim, o **item 6**, *DO CUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL*, traz detalhes sobre o cumprimento do Plano no tocante aos credores trabalhistas



(subitem 6.1, páginas 49/99); credores com garantia real (subitem 6.2, página 99); credores quirografários (subitem 6.3, páginas 100/108); e, credores com privilégio de ME-EPP (subitem 6.4, páginas 108/114). Já no **item 7**, a AJ explanou acerca de sua Remuneração, aduzindo que os honorários foram ajustados para 4% após redução do passivo (de R\$ 188 milhões para R\$ 81 milhões), com pagamento do saldo em 30 parcelas de R\$ 38.381,90, conforme documento anexado, o que submeteu à homologação do Juízo; no **item 8**, aduziu que, da análise realizada, possível constatar que o Grupo Devedor cumpriu com as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial, mostrando-se possível o encerramento, por sentença, da Recuperação Judicial, com o cumprimento do disposto no art. 63 da LRF, o qual transcreveu, página 118.

A AJ também consignou que foram realizados pagamentos por terceiros, aduzindo entender que eventual sub-rogação deverá ser postulada por quem de direito, bem como que alguns pagamentos ultrapassaram o teto estabelecido pela lista de credores, mas em valores módicos (R\$ 36,00, R\$70,93 e R\$22,72, como exemplificou), incapazes de gerar prejuízos ou questionamentos relevantes, tendo os pagamentos ocorrido de boa-fé, cabendo ao Grupo Devedor a cobrança dos valores excedentes junto aos credores, não verificando irregularidade no ponto, **conclusões essas pertinentes, a que este órgão manifesta anuência, desde logo.**

O art. 61 da LREF estabelece que, após a homologação do plano, a empresa permanece sob fiscalização do juízo e do administrador judicial pelo prazo de até dois anos.

No caso em exame, o prazo foi fixado em 12 meses, conforme aprovado em Assembleia e ratificado pelo juízo, tendo transcorrido integralmente, sendo que durante esse período foram apresentados relatórios mensais, em expediente próprio.



O art. 63 da LRF, por sua vez, assim dispõe:

Art. 63. Cumpridas as obrigações vencidas no prazo previsto no **caput** do art. 61 desta Lei, o juiz decretará por sentença o encerramento da recuperação judicial e determinará:

I – o pagamento do saldo de honorários ao administrador judicial, somente podendo efetuar a quitação dessas obrigações mediante prestação de contas, no prazo de 30 (trinta) dias, e aprovação do relatório previsto no inciso III do **caput** deste artigo;

II – a apuração do saldo das custas judiciais a serem recolhidas;

III – a apresentação de relatório circunstanciado do administrador judicial, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, versando sobre a execução do plano de recuperação pelo devedor;

IV – a dissolução do Comitê de Credores e a exoneração do administrador judicial;

V - a comunicação ao Registro Público de Empresas e à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia para as providências cabíveis. (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)

Parágrafo único. O encerramento da recuperação judicial não dependerá da consolidação do quadro-geral de credores. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)

Conforme consta do documento do ANEXO2, o Plano de Recuperação Judicial (PRJ) foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 18/04/2023 e homologado pelo juízo em 05/12/2023, com ressalvas pontuais.

O período de fiscalização previsto no art. 61 da LREF foi cumprido integralmente, tendo decorrido em 18/12/2024.

A Administração Judicial, no ANEXO2, detalhou o cumprimento das obrigações do plano, incluindo pagamentos aos credores trabalhistas dentro do limite estabelecido



(10 salários mínimos), aos credores quirografários (até R\$3.000,00) e aos credores com privilégio de ME-EPP (até R\$2.000,00). Ainda, indicou as justificativas para não pagamento (ausência de dados bancários, afastamentos pelo INSS ou processos judiciais ainda não julgados).

As pendências, como se viu, decorreram de situações alheias à vontade do Grupo Devedor, não configurando inadimplemento do Plano, portanto.

Quanto à remuneração da AJ, o *TERMO DE COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA JUDICIAL*, datado de junho de 2025, juntado no evento 1557, ANEXO6, prevê o pagamento do saldo da remuneração em 30 parcelas no valor fixo de R\$ 38.381,90.

No ponto, a AJ, no item 7 do Relatório, referiu que sua remuneração foi fixada em 3% e ajustado o pagamento mensal de sua remuneração com o Grupo Devedor, com possibilidade de reanálise da parcela, sendo que a *entabulação inicial considerou um passivo concursal que atingia a monta de R\$ 188.106.977,47, o qual sofreu considerável alteração quando do reconhecimento da consolidação substancial, chegando ao montante de R\$ 81.161.476,20 à época da aprovação do Plano de Recuperação Judicial*, o que acarretou a *redução de quase 50% da remuneração desta Auxiliar*. Diante disso, houve o ajuste anexado, que, alterando-se o percentual para 4%, com o pagamento do saldo em 30 parcelas no valor fixo de R\$ 38.381,90, o que foi submetido à homologação do juízo.

Diante do alegado e considerando que respeitado o limite máximo previsto no art.24, §1º, da LRF (5%), o Ministério Público nada tem a opor ao ajuste celebrado.



Ainda, a AJ cumpriu com as atribuições previstas no art. 22, incisos I e II, da LRF, como se verifica do item 3 do Relatório, pelo deve ser considerada adequada a prestação de contas da sempre diligente da Administração Judicial.

Além disso, foi apresentada consolidação parcial do quadro geral de credores, sendo que a legislação (art. 10, §9º, e art. 63, Parágrafo único, da LRF) admite o encerramento da recuperação mesmo sem a homologação definitiva desse quadro, desde que cumpridas as obrigações essenciais do plano, o que restou demonstrado.

Registra-se que, observado o referido pela AJ no item 4, fl.8, do Relatório, este órgão não se opõe à homologação do quadro consolidado parcial apresentado.

Destarte, evidenciado o cumprimento do plano e havendo a possibilidade legal de encerramento mesmo com quadro geral consolidado parcial, mostra-se possível a decretação do encerramento da recuperação judicial, observado o disposto no art. 63 da Lei 11.101/2005.

### **Evento 1559**

O Grupo Recuperando (GR) manifestou-se acerca do referido pelo Ministério Público no parecer do evento 1545, aduzindo, ainda, que no evento 1546, ANEXO2, houve a juntada dos CRVAs atualizados, comprovando o levantamento da restrição de reserva de domínio sobre os bens elencados.ter requerendo a homologação das contas e o encerramento da Recuperação Judicial, conforme Relatório apresentado pela Administração Judicial.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**MINISTÉRIO PÚBLICO**

PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SANTA MARIA

Procedimento nº **00865.007.632/2021** — Recuperação Judicial

A questão levantada por este órgão era relativa aos chassis adquiridos com reserva de domínio, contrato do Evento 1527, ANEXO3, Páginas 14/20, explanada na fl. 6 do parecer.

Ciente dos esclarecimentos e dos documentos juntados no evento 1546, de serem homologadas as contas apresentadas no evento 1527, sem ressalvas.

**3. Isso posto**, o Ministério Público **opina** pelo encerramento da recuperação judicial e apreciação das demais questões trazidas no Relatório do ANEXO2 do evento 1557, nos termos supra, bem como pela homologação das contas apresentadas no evento 1527.

Santa Maria , 21 de novembro de 2025 .

Joel Oliveira Dutra ,  
Promotor de Justiça .

Nome: **Joel Oliveira Dutra**  
**Promotor de Justiça — 3431053**  
Lotação: **Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria**  
Data: **21/11/2025 20h24min**

Documento eletrônico assinado por login e senha (Provimento nº 21/2023-PGJ).